

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA

1713

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA N.º 11

1713

ANDRÉ CANHOTO COSTA

DIRECÇÃO DE RUI TAVARES

PÚBLICO & TINTA-DA-CHINA | LISBOA MMXIX

Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada volume, a opção ortográfica dos respectivos autores.

© 2019, PÚBLICO Comunicação Social SA
e Edições tinta-da-china, Lda

PÚBLICO
Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tels: 210 111 357 | 93 268 0312
Email: colecoes@publico.pt
loja online: www.loja.publico.pt
www.publico.pt

TINTA-DA-CHINA
Rua Francisco Ferrer, 6A,
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28 | 29
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Portugal, uma retrospectiva: 1713* (vol. 11)
Direcção: Rui Tavares
Autor: André Canhoto Costa
Revisão: GoodSpell
Assistência à coordenação científica: Maria Carla Araújo
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares),
a partir da pintura de Alessandro Castriotto,
representando D. João V a beber chocolate
quente na casa do duque de Lafões (1720)
(Wikimedia Commons)
Imagens: BNP digital

1.ª edição: Agosto de 2019

ISBN 5602227309529-000011
Depósito Legal 458963/19

Ao iniciar a sua obra sobre o Século de Luís XIV, Voltaire escrevia assim: «Há muito tempo que se podia ver a Europa como uma grande república, partilhada por diversos estados.» Estranha definição da Europa, que podemos considerar visionária até nos tempos de hoje, quando ela nos parece estar ainda longe de se cumprir. E no entanto, a meio do século XVIII, Voltaire enunciava-a com trivialidade, como se essa Europa fosse um facto singelo mas indesmentível da sua realidade. A Europa, uma grande república? Partilhada por diversos estados, «uns monarquias, e os outros repúblicas»? Porquê — e, sobretudo, como?

Voltaire explica-se. A Europa pode ser considerada como uma república partilhada por duas razões principais. A primeira é que há certos direitos básicos — de circulação, de comerciar, de poupar a vida dos embaixadores, de não escravizar um sujeito por dívidas — que são comumente reconhecidos no continente. A segunda razão, diz ele, é que quando uma potência europeia se está a tornar demasiado poderosa há uma aliança de outras potências que se forma para trazer a primeira de volta à Terra. Essa é a história que Voltaire tem para contar sobre Luís XIV: por chegar demasiado perto de se tornar o monarca hegemónico da Europa, o Rei-Sol teve de enfrentar uma coligação de outros reis destinada a impedi-lo de herdar, além do trono de França, o trono de Espanha. E 1713 foi o ano em que ele teve de aceitar que não seria rei desses dois reinos nem, por conseguinte, o rei dominante da Europa.

O ano de 1713 viu então acabar aquilo a que se poderia chamar, subvertendo um pouco a nomenclatura oficial, a Primeira Guerra Mundial europeia. O nome deste confronto foi Guerra da Sucessão Espanhola, e opôs a França de Luís XIV, juntamente com os pretendentes ao trono de Espanha da sua dinastia Bourbon, a todas as outras potências europeias, nada interessadas no nascimento de um colosso franco-espanhol hegemónico: a Inglaterra, a Áustria, a Holanda e, depois de algumas hesitações, Portugal também. Esta guerra acabou com as negociações da Paz de Utrecht, onde os diplomatas portugueses puderam participar em pé de igualdade com os das outras potências europeias, e onde o monarca espanhol foi forçado a reconhecer o rei de Portugal como um seu par — um feito reconfortante, apenas uma geração depois de ter acabado a Guerra da Restauração.

A Europa de Utrecht é assim ainda a Europa de Luís XIV e de Dom João V, ainda a de Versalhes e já a de Mafra, mas sobretudo a Europa onde começava a despontar o século a que viria chamar-se das Luzes. Numa escrita sumptuosa, André Canhoto Costa dá-nos uma visão panorâmica deste ano de 1713 em Portugal, na Europa e no mundo.

—RUI TAVARES

ÍNDICE

Introdução	9
1 Selvagens (bons e maus) num mundo perigoso	11
2 Os custos da guerra e as alegrias da paz	19
3 Mapear o mundo, medir nações, enganar os povos: Utrecht e os diplomatas	33
4 Razão de Estado e febre do ouro: Lisboa-Brasil-Lisboa	44
5 O rei académico e a primavera científica	59
6 O rei-máquina e a má sorte dos cidadãos mecânicos	77
7 O verão de el-rei caçador e as aventuras políticas do amor cortês	86
8 Luxo, jogo, desejo: três deuses modernos	98
Notas	104
Bibliografia	106
Nota biográfica	109

INTRODUÇÃO

A escala ciclópica do Convento de Mafra e do Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa, impõe aos olhos do público a memória do seu construtor: D. João V. Por muito que a nossa época idolatre os códigos alfabéticos e numéricos, a monumental linguagem das pedras resiste, e a irritação perante o reinado joanino talvez comece, desde logo, nessa luta desigual: os livros acumulam pó nas bibliotecas, são guilhotinados, saem de circulação e servem de papel de embrulho em lojas de ferragens, enquanto o Aqueduto e o Convento sobrevivem — quais fantasmas glorificados entre linhas ferroviárias, torres de escritórios e viadutos de autoestradas —, testemunhando junto das gerações, e no formigar do trabalho humano, a existência de um rei e da sua cultura política, sumptuosa e eclesial. Na verdade, D. João V sabia bem o que fazia e, ao recuperar o modelo faraônico e romano do palácio sacerdotal e do grande aqueduto, inscrevia, desse modo, o seu nome na dimensão longa do tempo. Por isso, artistas populares tão dotados como José Afonso ou José Saramago reagiram no século XX contra o «João dos Quintos» e o seu convento, fazendo eco de uma secular tradição crítica, de origem democrática e romântica.

Por outro lado, a historiografia mais recente não ultrapassou inteiramente este problema, dada a excessiva tendência para fingir ciência através do revisionismo. Afinal, o ouro não teria liquidado a indústria, e as fortunas gastas em Roma, junto

do papa, não teriam sido simplesmente fruto de dissipação, mas um ato de sofisticada política diplomática — no fundo, despesas de representação. Os historiadores de Oitocentos, preocupados com a ruína do regime monárquico e a falência do parlamentarismo português, pressentiram o papel crítico de João V e da sua corte nesse processo. Embora a questão das origens seja sempre pantanosa, não arriscaremos muito se estabelecermos o início do século XVIII como uma fase crítica, o momento em que os fundamentos culturais das monarquias europeias começavam a sofrer uma forte erosão. Atualmente — e no momento em que as democracias europeias ameaçam ruir sob o peso da agressividade de novas vagas populares —, os espectros da decadência e da mudança violenta voltam a assustar.

O historiador sempre viveu este dilema intelectual: ora escolhe um problema com ressonâncias políticas evidentes, arriscando a acusação panfletária e o anátema do anacronismo, ora procura refúgio nas teorias universitárias, protegidas por uma muralha de notas de rodapé — uma forma de neutralizar a discussão política com argumentos de autoridade.

Se nos inquieta a influência da época de D. João V na cultura política portuguesa, não encontro melhor forma do que voltar a Paul Hazard e a um magnífico livro, *A crise da consciência europeia*, onde se explica como em «1713 — ah, que ano maravilhoso»¹ — as Luzes se acenderam no horizonte da velha Europa. Talvez essa seja a melhor pista para fugirmos à circularidade historiográfica nacional. Assim, antes de nos debruçarmos sobre o nosso retângulo periférico, é necessário traçar o quadro geral e colocar novamente essa fraturante questão: estaria a Europa em mudança nesse ano de 1713?

NOTA BIOGRÁFICA

ANDRÉ CANHOTO COSTA nasceu em 1978, em Oeiras. Após frequentar a escola secundária local, com a sua confortável biblioteca, estudou História na Universidade de Évora e na Universidade Nova de Lisboa, onde defendeu a tese de mestrado *Os secretários e o Estado do rei, luta de corte e poder político, séculos XVI e XVII*, em 2008. Em 2013, doutorou-se em História Económica no ISEG, Universidade de Lisboa, com a tese *Sistemas fiscais e o império: o caso do ouro do Brasil (1725-1777)*. Foi bolseiro de investigação no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, e no CEPESSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, no Porto. Publicou os livros *Personagens malditas da história* e *Os quatro cantos do império* (ficção), pela Saída de Emergência, além de *Os vícios dos escritores* e *As cinco grandes revoluções da história de Portugal*, pela Desassossego. É autor da rubrica «Portugueses com história», na RDP internacional. Gosta de futebol e de livros.

portugal, uma retrospectiva

1713

foi impresso na SIG,
Sociedade Industrial Gráfica,
no mês de Julho
de 2019.

